

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.375.702 - PR  
(2018/0258039-4)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**EMBARGANTE** : ROMYS AUGUSTO NICOLAU BARBOSA VILLAR  
**EMBARGANTE** : FERNANDO MARCOS ALVES DE MORAES NICOLAU  
**ADVOGADOS** : VILSON SILVEIRA E OUTRO(S) - PR024100  
VILSON SILVEIRA JÚNIOR - PR050363  
**EMBARGADO** : IRMA CAROLINA DE MORAES NICOLAU - ESPÓLIO  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M  
**INTERES.** : PAULO FERNANDO DE MORAES NICOLAU  
**ADVOGADOS** : RICARDO JORGE ROCHA PEREIRA E OUTRO(S) - PR012828  
MARCOS DAUBER - PR031278  
LUDMILA LUDOVICO DE QUEIROZ - PR051773  
**INTERES.** : JOAO GUILHERME DE MORAES NICOLAU  
**ADVOGADOS** : AMAZONAS FRANCISCO DO AMARAL E OUTRO(S) -  
PR010879  
RENATO OLIVEIRA DE AZEVEDO - PR022971  
FÁBIO DA SILVA MUIÑOS - PR028320  
**INTERES.** : REGINA FLORA DE MORAES NICOLAU  
**ADVOGADO** : MARCOS DUTRA DE ALMEIDA - PR025010

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por Romys Augusto Nicolau Barbosa Villar e outro em face da seguinte decisão, que negou provimento a agravo:

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVENTÁRIO. CPC/73, ART. 982. NCPC, ART. 610. PEDIDO DOS HERDEIROS QUE A INVENTARIANÇA SEJA EXERCIDA POR DUAS (2) PESSOAS. INDEFERIMENTO PELO JUÍZO MONOCRÁTICO. DETERMINAÇÃO DE EMENDA DA INICIAL E INDICAÇÃO DE APENAS UM (1) INVENTARIANTE. POSSIBILIDADE. CONDUÇÃO DO PROCESSO A CARGO DO PRUDENTE ARBÍTRIO DO MAGISTRADO, MESMO NOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA. HIATO LEGISLATIVO QUANTO AO RITO QUE NÃO IMPORTA ENTREGÁ-LO AO

ARBÍTRIO DAS PARTES. CPC/73, ART. 1.109. NCPC, ART. 723, PARÁGRAFO ÚNICO. NECESSIDADE DE INVENTARIANÇA CONJUNTA, ADEMAIS, NÃO SUFICIENTEMENTE JUSTIFICADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO, COM REVOGAÇÃO DA ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL.

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 1.775 do Código Civil e 617 e 723 do Código de Processo Civil, sob o fundamento de que a ordem de nomeação do inventariante não tem caráter absoluto, cabendo ao juiz dar a melhor solução ao caso concreto na nomeação, de modo que seria perfeitamente possível a nomeação dos recorrentes, em conjunto, para o exercício da inventariança.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

O Tribunal local, ao contrário do que afirmam os agravantes, consignou expressamente que a estrita legalidade cede em certas oportunidades, o que não significa dizer que o mister de escolher o inventariante está a cargo dos herdeiros, de modo que pareceu melhor a nomeação de um só inventariante em detrimento de ambos os agravantes em conjunto.

Leia-se o excerto do acórdão local:

"Se o Juízo de 1º Grau entendeu por atribuir a missão a um único inventariante, por ser, o Magistrado, Presidente do processo, tal decisão não exorbita de seu rol de atribuições. Se lhe parece mais conveniente e oportuno para a boa condução do processo, e não há prova contundente noutra direção, tal solução deve ser prestigiada. Esse é o espaço ou hiato de legalidade estrita dos artigos 990 e 1.109 do CPC/73, repetidos nos artigos 617 e 723, parágrafo único, do NCPC, que não se confunde com a possibilidade das partes moldarem um processo estritamente conforme a conveniência delas, porque o processo não existe apenas para conveniência das partes interessadas.

É realmente mais prático nomear um Inventariante do que dois e ter de "dividir a confiança" (se isso fosse possível) ou modular as atribuições e responsabilidades de dois inventariantes, o que poderia contribuir para tumultuar um processo que, na gênese, deve ser essencialmente descomplicado" (e-STJ, fl. 725).

Inequívoco, portanto, que o reexame da causa esbarra nas disposições do verbete n. 7 da Súmula desta Corte.

Diante do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Afirmam que o "acórdão embargado não observou que todos os herdeiros concordam com a nomeação conjunta dos Agravantes para exercerem a inventariança compartilhada, conforme comprovam as DECLARAÇÕES anexas" (e-STJ, fl. 857), de modo que "em face às peculiaridades que se observa no presente caso, entendem os Embargantes que existe motivação suficiente para que sejam atendidos aos FINS SOCIAIS e às EXIGÊNCIAS DO BEM COMUM, nomeando-se entendem os Embargantes para exercerem a inventariança compartilhada (...)."

Pedem o acolhimento do recurso que, embora intimada a parte contrária, não foi respondido.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

É inequívoca a pretensão de rediscutir a causa com a veiculação dos presentes embargos de declaração, porquanto aponta omissões no acórdão estadual e não na decisão agravada, que examinou a fundamentação daquele acórdão e concluiu pela incidência das disposições do verbete n. 7 da Súmula desta Casa, ao que, todavia, não se presta o recurso integrativo.

A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO C/C COBRANÇA DE ALUGUÉIS - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS RÉUS.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o artigo 535, incisos I e II, do CPC/73 ou 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, o que não se configura na hipótese em tela, porquanto o aresto deste órgão fracionário encontra-se devida e suficientemente fundamentado.

2. Dada a natureza dos aclaratórios, esses não podem ser utilizados como instrumento para a rediscussão do julgado.

3. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, "a ausência de indicação, nas razões dos embargos declaratórios, da presença de quaisquer dos vícios enumerados no art. 1.022 do CPC/2015 implica o não conhecimento dos aclaratórios por descumprimento dos requisitos previstos no art. 1.023 do mesmo diploma legal, além de comprometer a exata compreensão da controvérsia trazida no recurso. Aplicação da Súmula n. 284 do STF" (EDcl no AgInt nos EAREsp 635.459/MG, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe de 15/03/2017).

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 1083820/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 17/12/2018)

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora